



M
+

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 505 330 334

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO E A JUNTA DE FREGUESIA DE CAVEZ PARA A REALIZAÇÃO DA INICIATIVA “FEIRA MEDIEVAL DE CAVEZ”

Considerando que:

A Junta de Freguesia de Cavez veio solicitar apoio da Câmara Municipal para execução da iniciativa “Feira Medieval de Cavez”, a realizar nos dias 20 e 21 de junho do corrente ano, no Largo do Souto da Aldeia, naquela freguesia;

A iniciativa em causa deve constar das opções do plano e ter dotação orçamental adequada nos instrumentos de gestão previsional aprovados pela Assembleia de Freguesia, conforme se encontra previsto na alínea f), do n.º 1, do artigo 16.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

De harmonia com o estatuido na alínea v), do n.º 1, do artigo 16.º daquele regime jurídico, as Juntas de Freguesia têm competência para “*apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia*”;

A iniciativa será organizada pela Junta de Freguesia, no exercício de competências próprias desta, pelo que o apoio a conceder pela Câmara Municipal não é suscetível de ser enquadrado no âmbito da delegação de competências, não havendo assim lugar à celebração de contrato interadministrativo;

A atuação conjugada dos órgãos dos municípios e das freguesias para a satisfação de interesses próprios das populações não se restringe ao mecanismo da “delegação de competências”, prevendo a lei a possibilidade de os municípios apoiarem as freguesias na prossecução das suas atribuições.

Esta iniciativa enquadra-se na atual política de oferta cultural para o concelho, a qual tem como objetivo a descentralização de iniciativas culturais, apoiando as mesmas nas freguesias e evitando a duplicação da mesma oferta cultural no nosso território.



M
+

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 505 330 334

Neste sentido, o Regime Jurídico das Autarquias Locais consagra, na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, que a Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal propostas sobre formas de apoio às freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando, ainda, que:

A Assembleia Municipal da Cabeceiras de Basto, em sessão realizada no dia cinco de Junho de 2026, autorizou, sob proposta da Câmara Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição da verba de € 10.000,00 (dez mil euros) à Junta de Freguesia de Cavez condicionada à celebração do presente protocolo no qual se estabelecem as regras relativas à sua execução.

Entre:

O **MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO**, pessoa coletiva n.º 505330334, com sede na Praça da República, n.º 467, concelho de Cabeceiras de Basto, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Manuel António Mendes Teixeira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c), do n.º 1 e na alínea f), do n.º 2, do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Primeiro Outorgante**,

e

A **JUNTA DE FREGUESIA DE CAVEZ**, contribuinte n.º 507314441, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, Cavez, representada neste ato pelo Presidente da Junta, Prof. Sílvia Marisa Gonçalves Teixeira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g), do n.º 1, do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designada por **Segunda Outorgante**,

É, livremente e de boa-fé, celebrado o presente Protocolo de Colaboração para a realização da iniciativa "Feira Medieval de Cavez", que se rege pelas seguintes cláusulas:



M
+

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 505 330 334

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente protocolo visa estabelecer os termos e condições de atribuição do apoio financeiro e não financeiro pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, para a realização da iniciativa "Feira Medieval de Cavez".

Cláusula 2.^a

Apoio financeiro

1. Para a realização da iniciativa a que faz referência na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante concede à Segunda Outorgante uma participação financeira no montante de € 10.000,00 (dez mil euros).
2. O montante da participação financeira será pago após realização da iniciativa e depois da verificação, pelos serviços municipais, da sua conformidade.

Cláusula 3.^a

Apoio não financeiro

1. Para o desenvolvimento da iniciativa referida na cláusula 1.^a, o Primeiro Outorgante atribui, ainda, ao Segundo Outorgante o seguinte apoio não financeiro:
 - a) Cedência e montagem de 25 barracas com fornecimento de energia elétrica
 - b) Quadro elétrico;
 - c) Iluminação exterior para o recinto;
 - d) Sistema de som exterior;
 - e) WC móvel
 - f) 3 mesas de jardim com respetivos bancos.
2. O apoio referido no número anterior é estimado no valor total de € 3.781,67 (três mil setecentos e oitenta e um euros e sessenta e sete cêntimos).

Cláusula 4.^a

Obrigações Segunda Outorgante

1. A Segunda Outorgante obriga-se a realizar a iniciativa pelos seus próprios meios ou com recurso a terceiros, a contratar nos termos legalmente previstos, e, bem assim, a assegurar que o apoio atribuído é única e exclusivamente destinada à realização da iniciativa referida na cláusula 1.^a.



M
#

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 505 330 334

2. Cabe, ainda, à Segunda Outorgante publicitar, de modo adequado, que as ações realizadas no âmbito do presente protocolo são comparticipadas pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1. O Primeiro Outorgante obriga-se a proceder ao pagamento da comparticipação financeira, no prazo máximo de 10 dias após a apresentação de relatório da iniciativa realizada pela Segunda Outorgante referida na cláusula 1.ª, desde que os serviços municipais, após verificação, atestem a sua conformidade.
2. O Primeiro Outorgante obriga-se a proceder à cedência, transporte e montagem dos equipamentos, materiais e meios técnicos referidos elencados na cláusula 3.ª, bem como o respetivo fornecimento de energia elétrica.

Cláusula 6.ª

Incumprimento do protocolo

1. A não utilização do apoio financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante, no seu valor total ou apenas parcial, para o fim estabelecido no presente protocolo, tem como consequência a obrigação de restituição do respetivo montante por parte da Segunda Outorgante.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o incumprimento das condições estabelecidas no presente protocolo poderá, ainda, condicionar a atribuição de novos apoios à Segunda Outorgante.

Cláusula 7.ª

Resolução

A Segunda Outorgante reconhece ao Primeiro Outorgante o direito de denunciar o protocolo, por escrito e sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento da sua parte nos termos das cláusulas anteriores ou se o interesse público assim o exigir.

Cláusula 8.ª

Cabimento e compromisso

Em cumprimento do estatuído no artigo 5.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, o encargo resultante do presente protocolo, correspondente à comparticipação referida na cláusula 2.ª, será satisfeito através da rubrica 0210 e da económica 04050102, do orçamento em vigor para 2026, com o n.º de cabimento 986, emitido em 25 de maio de 2026.



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 505 330 334

Cláusula 9.ª

Vigência

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura pelos representantes das partes Outorgantes e vigorará até 31 de dezembro de 2026.

O presente contrato é constituído por ... folhas escritas, e é feito em duplicado, ambos com valor de originais, destinando-se um exemplar a cada Outorgante, sendo devidamente assinado pelos seus representantes depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.

Cabeceiras de Basto, 15 de Junho de 2026.

O Presidente da Câmara Municipal
de Cabeceiras de Basto,

O Presidente da Junta de Freguesia de Cavez

(Manuel António Mendes Teixeira)

(Silvia Marisa Gonçalves Teixeira)